



## Plenário deve votar proposta que limita livre nomeação de comissionados

PEC estabelece que poder público terá de reduzir número de cargos em comissão na máquina estatal e nomear servidores concursados para ao menos metade dos postos

**D**uas propostas de emenda à Constituição devem ser votadas nesta semana pelo Plenário. Uma é a PEC 110/2015, de Aécio Neves, que trata dos cargos comissionados na máquina pública. A outra é a PEC 83/2015, de Renan Calheiros, que cria a Autoridade

Fiscal Independente. A pauta do Plenário está trancada por causa de uma medida provisória. Enquanto permanecer trancada, projetos de lei não podem ser votados, mas PECs podem. A MP em questão prevê regras para a venda de imóveis da União para gerar receita. **3**



República Correia/Cabinete de Davi Alcolumbre

Seminário no Amapá debateu desafios para o desenvolvimento da Amazônia

### Falta de técnicos limita recursos para municípios da Amazônia

A avaliação foi feita na sexta-feira pelo senador Davi Alcolumbre, referindo-se às dificuldades das prefeituras da Amazônia Legal em elaborar projetos para captação de verbas. Presidente da Comissão

de Desenvolvimento Regional, ele dirigiu seminário em Macapá, com a participação de empresários. No evento, foi apresentado o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia 2016-2019. **7**

**Licenciado na CBF, Del Nero pode depor na CPI do Futebol **3****

**Tombini discute política monetária com senadores **7****

**Audiência trata de violência contra mulher deficiente **6****

**Reunião avalia os 15 anos da Agência Nacional de Águas **8****

**TV Senado vence prêmio por trabalho sobre autismo **6****

### ARQUIVO **S**

#### Acordo da imigração japonesa faz 120 anos

Tratado Brasil-Japão foi assinado em novembro de 1895. Ao longo do ano seguinte, o acordo foi debatido no Congresso, que o homologou. Enquanto o Japão queria reduzir a superpopulação, o Brasil precisava de mão de obra para o lugar dos escravos na lavoura. **4 e 5**



Reprodução

O Kasato Maru, navio que trouxe os primeiros imigrantes japoneses ao Brasil, atracado no Porto de Santos em 1908

#### Juristas vão sugerir sanção a fiscal por ação injustificada

A Comissão da Desburocratização deve definir punição a procuradores e fiscais que determinarem a paralisação de obras e serviços públicos sem justificativa comprovada. Na sexta-feira, o colegiado realizou audiência com representantes da União dos Legisladores Estaduais, que se queixaram dos atrasos em obras e do aumento nos gastos causados por interrupções para investigar suspeitas infundadas de irregularidades. **8**



#### Cidadãos sugerem leis e registram 454 mil opiniões sobre projetos

Criado em 2012, o Portal e-Cidadania é o canal on-line de interação entre o cidadão e o Senado. Entre 2013 e 2015, por exemplo, foram registradas 454,6 mil opiniões de internautas sobre as

1,8 mil propostas em tramitação na Casa. Desde 2012, também foram apresentadas por meio do site 3,8 mil sugestões de projetos de lei, que receberam o apoio de 267,4 mil pessoas. **2**

### ACONTECEU NO SENADO

#### Comissão aprovou receita com recursos da CPMF

A Comissão Mista de Orçamento aprovou o relatório à receita da proposta de Orçamento para 2016. Para financiar as despesas primárias do ano, foi estimado um total de R\$ 1,451 trilhão, contando com R\$ 10 bilhões da CPMF. Marcaram ainda a semana no Congresso a derrubada de veto à aposentadoria aos 75 anos e a alteração da meta fiscal de 2015. **8**

O relator de Receitas na CMO, Acir Gurgacz, ao lado da presidente da comissão, Rose de Freitas



Gerardo Magela/Agência Senado

# Portal registra 454,6 mil opiniões sobre projetos

Programa e-Cidadania, criado em 2012, permite ao cidadão apoiar ou criticar propostas em tramitação no Senado e ideias de outros internautas, que podem se tornar sugestões legislativas



ENTRE 2013 E 2015, o Portal e-Cidadania, canal on-line de interação entre o cidadão e o Senado, registrou 454,6 mil opiniões de internautas sobre as 1,8 mil propostas em tramitação na Casa. Criado em 2012, o programa é uma iniciativa da Secretaria de Comissões, órgão da Secretaria-Geral da Mesa do Senado.

Sobre o PLC 77/2015, que estabelece estímulos ao desenvolvimento científico e à inovação, por exemplo, foram contabilizadas 1.801 manifestações até 3 de dezembro. Desse total, 1.468 eram a favor e 116, contra.

A ferramenta também oferece a possibilidade de a população participar de audiências públicas promovidas pelas comissões, por meio da internet ou das redes sociais do Senado. Desde 2012, foram realizadas 635 reuniões interativas, que receberam 16,8 mil comentários de 3,8 mil cidadãos.

Outro produto oferecido pelo e-Cidadania é o Ideias Legislativas, que permite ao cidadão sugerir temas a serem transformados em projetos de lei, conforme explica o secretário da Comissão de Transparência e Governança Pública, Aírton Luciano Aragão Júnior.

— Para que a ideia seja en-

Eventos interativos			
	Comentários	Audiências	Cidadãos
2012	7	1	2
2013	1.486	66	311
2014	6.699	110	1.015
2015	8.662	458	2.552
<b>Total</b>	<b>16.854</b>	<b>635</b>	<b>3.814</b>

Opine sobre projetos			
	Cidadãos	Proposições	Opiniões
2013	1.136	117	1.569
2014	163.213	915	175.479
2015	231.408	1.165	277.649
<b>Total</b>	<b>387.931</b>	<b>1.803</b>	<b>454.697</b>

Ideias Legislativas			
	Ideias	Apoios	Cidadãos
2012	398	4.743	227
2013	774	54.429	530
2014	1.272	79.015	776
2015	1.439	129.291	1.051
<b>Total</b>	<b>3.883</b>	<b>267.478</b>	<b>2.584</b>

caminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e torne-se uma sugestão legislativa, precisa ter o apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses — afirmou.

Desde a criação do portal, em 2012, foram recebidas 3,8 mil ideias legislativas, que receberam o apoio de 267,4 mil pessoas. Cinco delas alcançaram as adesões necessárias, como a proposta que estabelece a imunidade tributária para entidades religiosas e a que sugere a regulamentação do uso recreativo, medicinal e

industrial da maconha.

De acordo com Aragão Júnior, o portal aproxima o cidadão do Senado e o convida a participar do processo legislativo.

— A intenção é tornar todos os aspectos da ferramenta mais transparentes e acessíveis para a população — disse.

O site do Programa e-Cidadania teve mais de 9 milhões de visualizações nos últimos 12 meses.

Site do e-Cidadania: [www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

## Produtos oferecidos no e-Cidadania

	<b>Audiência pública interativa:</b> permite o envio de comentários e de perguntas a senadores e convidados.		<b>Opine sobre Projetos:</b> permite a manifestação contrária ou a favor de qualquer projeto em tramitação no Senado.
	<b>Proposta de debate:</b> é apresentada pelo cidadão por meio do site. Caso receba 10 mil apoios em três meses, é encaminhada à comissão responsável pela análise.		<b>Consulta pública:</b> possibilita a construção colaborativa de um texto legislativo a partir da manifestação da sociedade.
	<b>Escolha de autoridades:</b> recebimento de perguntas e informações durante as sabbatinas realizadas pelo Senado.		<b>Orçamento Fácil:</b> série de vídeos que explicam o Orçamento da União.
	<b>Ideia legislativa:</b> é apresentada pelo cidadão por meio do portal. Caso receba o apoio de 20 mil internautas em quatro meses, é encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.		<b>Siga Brasil:</b> conjunto de relatórios para acompanhamento da aplicação dos recursos federais e das emendas parlamentares ao Orçamento.
			<b>Relatório de resultados acumulados do Programa e-Cidadania (até 24 de novembro)</b>

## Comissão avalia programa Mais Educação na quarta

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) tem reunião na quarta-feira, a partir das 11h30, para apresentação de relatório de Paulo Paim (PT-RS) sobre o Mais Educação. O programa é uma das políticas públicas do governo avaliadas pela comissão este ano, junto com o Bolsa Atleta e o Programa Cultura Viva.

O Mais Educação, instituído

em 2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/2010, busca a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da educação integral. A União repassa recursos para as escolas públicas estaduais, municipais e do Distrito Federal que aderirem ao programa, para ressarcir a contratação de monitores, aquisição de materiais e con-

tratamento de pequenos serviços.

No relatório, Paim reconhece que o programa é eficaz na “ampliação de repertório sociocultural de alunos, contribuindo para a redução das desigualdades”, mas apresenta recomendações para aperfeiçoá-lo, como a integração ao currículo de todas as escolas e a adoção de fontes permanentes de financiamento.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

### CDH Abastecimento de combustíveis

9h Audiência pública interativa sobre instalação de bombas de autosserviço nos postos de combustíveis.

### CONSELHO DE COMUNICAÇÃO Evento

9h O Conselho de Comunicação Social faz o seminário Transição do Ipv4 para Ipv6: acesso, privacidade e coibição de ilícitos. Às 14h, discute os efeitos da crise econômica no setor de comunicação social.

### COMISSÃO DO DESPORTO Reunião

10h Comissão que elabora anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro se reúne.

### PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa.

### ORÇAMENTO Lei orçamentária

15h Reunião extra da Comissão Mista de Orçamento para análise dos relatórios setoriais da Lei Orçamentária de 2016.

### SENADO DO FUTURO Interação

16h30 Comissão faz audiência pública interativa sobre o relacionamento do Senado com o cidadão.

TERÇA

### CCT Seminário conjunto

8h30 Seminário Estratégias Legislativas para o Investimento Privado em CT&I, em parceria com a CCT da Câmara.

### CDH Redução da idade penal

9h Audiência pública interativa sobre a relação da redução da idade penal com a justiça social.

### CMA/CCJ Debate sobre a ANA

9h30 Comissões fazem audiência pública interativa conjunta para avaliar os 15 anos da Agência Nacional de Águas (ANA), com a presença do diretor-presidente da agência reguladora, Vicente Andreu Guillo.

### ORÇAMENTO Reunião extraordinária

9h30 Reunião extra da Comissão Mista de Orçamento.

### CAE Política monetária

10h Audiência pública interativa sobre perspectivas da política monetária, com a presença do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Depois, senadores fazem reunião deliberativa com 8 itens na pauta.

### CE Programa Mais Educação

11h30 Apresentação do relatório de avaliação da política pública Educação Integral (Programa Mais Educação). Depois, senadores fazem reunião deliberativa com pauta de 20 itens.

### VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Debate

14h Comissão mista faz audiência pública interativa para debater medidas em favor de mulheres vítimas de violência doméstica, especialmente as portadoras de necessidades especiais.

### MP 692/2015 IR sobre venda de imóvel

14h30 Apreciação de relatório da MP que aumenta o Imposto de Renda sobre o ganho de capital em venda de imóveis.

### MP 694/2015 Requerimentos

14h30 Comissão que analisa MP sobre questões tributárias relativas ao ajuste fiscal analisa requerimentos.

### CMA Alta tensão em Goiânia

14h30 Audiência pública sobre a passagem de linha de alta tensão por bairros de Goiânia.

### TRANSPARÊNCIA Requerimento

14h30 A Comissão de Transparência e Governança Pública aprecia requerimento.

### MP 695/2015 Bancos públicos

15h Análise da MP, que permite ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica adquirir participação em instituições financeiras.

### CPI DO FUTEBOL Dirigente da CBF

15h15 A CPI analisa requerimentos. Depois ouve o presidente licenciado da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Marco Polo Del Nero.

QUARTA

### CAS Logística reversa

9h Análise de projeto que trata da logística reversa de veículos automotores.

### CCT Seminário sobre investimento

9h A comissão realiza o segundo dia do seminário Estratégias Legislativas para o Investimento Privado em CT&I.

### CDR Legado da Copa

9h Audiência pública para avaliar a situação das obras nas cidades-sede da Copa de 2014.

### CCJ Carta internacional de motorista

10h Na pauta, projeto sobre expedição de carteira internacional de motorista.

### CE Escola integral

10h Seminário sobre proposta de escola em tempo integral no ensino fundamental. Às 14h30, apresentação de relatório da avaliação do Programa Cultura Viva. Logo depois, análise de emendas a projeto que disciplina a criação de empresas juniores.

### MMMC Crise de água na Paraíba

14h30 Audiência sobre plano emergencial de crise hídrica na região de Campina Grande (PB).

QUINTA

### MP 693/2015 Energia nas Olimpíadas

10h Análise de relatório da MP que prevê benefícios fiscais para as distribuidoras de energia elétrica durante as Olimpíadas.

### CCJ Indicado para o CNJ

10h A comissão faz a sabbatina de Rogério José Bento Soares do Nascimento, indicado pela Procuradoria-Geral da República para compor o Conselho Nacional de Justiça.

### CE Educação de jovens e adultos

10h30 A comissão promove audiência pública interativa sobre o tema “A educação ao longo da vida na perspectiva da educação de jovens e adultos”. Entre os convidados, representantes do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Secretários de Educação e da Universidade do Minho/Portugal.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# PEC cria regra para cargo comissionado

Proposta, que deverá ser votada em Plenário nesta semana, estabelece que 50% dos postos serão ocupados por servidores concursados

O PLENÁRIO DO Senado deve votar nesta semana duas propostas de emenda à Constituição (PECs). Uma delas é a PEC 110/2015, que cria limites e critérios para a ocupação de cargos comissionados na administração pública.

Segundo Aécio Neves (PSDB-MG), autor da proposta, o objetivo é reduzir a máquina pública e torná-la mais eficiente. O texto estabelece o critério da meritocracia e a realização de concurso público para preenchimento de parte dos cargos comissionados — 50% terão que ser ocupados por servidores públicos efetivos.

Também está na pauta do Plenário a PEC 83/2015, de Renan Calheiros (PMDB-AL), que cria a Autoridade Fiscal Independente, órgão auxiliar do Legislativo para avaliar a política fiscal do governo.

A proposta faz parte da Agenda Brasil, conjunto de medidas apresentadas pela Presidência do Senado para incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

O objetivo da PEC, segundo Renan, é criar um ambiente fiscal mais seguro e previsível, que não dê margem a manobras e pedaladas fiscais.

Outro item na pauta do Plenário é a proposta do novo marco regulatório para a área de ciência, tecnologia e inovação. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/2015 promove uma série de ações para o incentivo



Senadores em sessão de votação: enquanto pauta estiver trancada, Plenário não poderá votar projetos de lei, apenas PECs

ao desenvolvimento científico e tecnológico. A proposta regulamenta a Emenda Constitucional 85 e também integra a Agenda Brasil.

## Saúde bucal

Outros dois projetos da pauta tratam da saúde bucal. O PLC 34/2013 assegura a prestação de assistência odontológica a pacientes internados nas unidades de terapia intensiva (UTIs), aos portadores de doenças crônicas e, inclusive, aos atendidos em regime domiciliar (*home care*).

Já o PLC 86/2014 cria a Semana Nacional de Prevenção do Câncer Bucal. Pelo texto, o evento será celebrado todos os anos na primeira semana de novembro.

Um dos objetivos do projeto

é difundir os avanços técnico-científicos relacionados à doença, estimular ações preventivas e campanhas educativas e promover debates de políticas públicas de atenção integral aos portadores de câncer bucal. Se aprovada, a proposta segue para sanção presidencial.

## Pauta trancada

Diferentemente das PECs, os três PLCs só poderão ser votados depois que a pauta do Plenário for destrancada. A pauta de votações está trancada pela Medida Provisória (MP) 691/2015, que autoriza a União a vender parte dos seus imóveis. O texto, que integra o pacote de ajuste fiscal do governo, perde a validade em 7 de fevereiro.

A medida tem o objetivo

de gerar receita para a União. O texto define as regras para gestão, administração e transferência de imóveis federais, inclusive de autarquias e fundações, e abrange terrenos de marinha, terrenos urbanos, prédios e galpões.

A MP estabelece que os imóveis e terrenos da União podem ser adquiridos pelos atuais moradores com desconto de 25% sobre o valor de mercado e passam para o domínio pleno do comprador.

O abatimento para quitação dos terrenos de marinha será mantido por um ano a partir da data de inclusão da área na lista dos imóveis à venda, divulgada em portaria do Ministério do Planejamento, sem necessidade de autorização do Congresso para alienar os bens.

## Congresso debate inovação, ciência e tecnologia

As estratégias para o investimento privado em ciência, tecnologia e inovação serão discutidas em seminário internacional amanhã e na quarta-feira no Congresso. Por iniciativa das Comissões de Ciência e Tecnologia da Câmara e do Senado, representantes dos setores público e privado discutirão estímulos e obstáculos para atrair investimentos ao setor.

O Congresso vem tentando incentivar a melhoria da atividade científica e tecnológica com a aprovação, nos últimos anos, de normas como a Lei de Inovação (Lei 10.973/2004), a Lei de Informática (Lei 11.077/2004) e a Lei do Bem (Lei 11.196/2005). Também está em tramitação no Senado o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/2015, que cria o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

## Sustentabilidade

Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, acredita que só com novos investimentos na área o Brasil será capaz de promover um crescimento sustentável, com desenvolvimento regional e distribuição de renda.

O seminário vai abordar, em painéis temáticos, os modelos de financiamento público e privado, experiências bem-sucedidas, estratégias para momentos de crise, propriedade intelectual e o papel do Legislativo na modernização do marco regulatório. Amanhã, os painéis ocorrerão das 10h às 18h20, no Auditório do Interlegis, no Senado. Na quarta-feira, vão das 9h às 13h, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara.

Foram convidados os ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera; da Educação, Aloizio Mercadante; dirigentes de agências de fomento à tecnologia; representantes de órgãos governamentais e da indústria; e especialistas da China e dos Estados Unidos.

Confira a programação:  
<http://bit.ly/seminarioCCT>



Evento será promovido pela CCT do Senado, presidida por Cristovam

## Bancada do PT no Senado emite nota pública sobre Delcídio

Na sexta-feira, a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado divulgou uma nota pública referente ao caso do líder do governo, senador

Delcídio do Amaral (PT-MS), preso no último dia 25 sob acusação de obstrução das investigações da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

### Íntegra da nota

A bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado Federal, tendo em conta a gravidade dos fatos que redundaram na prisão do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), informa que decidiu recomendar à Comissão Executiva Nacional do partido, reunida nesta sexta-feira, 4 de dezembro de 2015, em São Paulo, que:

1 - Adote a medida cautelar de suspensão provisória do senador Delcídio do Amaral, à luz do disposto no inciso I, artigo 246, do Estatuto do PT.

2 - Represente, na comissão de ética e disciplina cabível, pela abertura de processo disciplinar contra aquele parlamentar, com vista a que sejam apuradas as acusações que lhe são imputadas.

A bancada do PT no Senado esclarece, ainda, que a decisão em tela visa à investigação rigorosa, nas instâncias partidárias, dos fatos que envolveram a prisão do senador Delcídio do Amaral, adentrando ao mérito da questão.

Na quarta-feira, 25 de novembro de 2015, em sessão do Senado Federal, a bancada posicionou-se pela abordagem jurídica do tema, questionando aspectos de constitucionalidade do princípio da separação e independência dos Poderes da União e dos termos que fundamentaram a prisão de um membro do Congresso Nacional, tese que foi vencida, em votação, pela vontade da maioria dos senadores.

Assessoria de Imprensa da Liderança do PT no Senado



Presidente licenciado da CBF é esperado na comissão dirigida por Romário

## CPI do Futebol deve ouvir Marco Polo Del Nero amanhã

A CPI do Futebol marcou para amanhã, às 15h, o depoimento do presidente licenciado da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Marco Polo Del Nero. A comissão investiga negócios e contratos das duas últimas gestões da CBF.

A presença de Del Nero ainda não está confirmada. Ele foi convidado pela CPI, mas o requerimento de convocação protocolado pelo presidente da CPI, Romário (PSB-RJ), que tornaria o comparecimento obrigatório, não foi votado. Del Nero se licenciou do car-

go na semana passada, após a abertura de um inquérito contra ele pelo FBI, a agência federal de investigação dos Estados Unidos. Ele já havia renunciado ao cargo de representante da Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol) no Conselho Executivo da Fifa, e teve os sigilos bancário, fiscal e telefônico quebrados pela CPI.

A comissão também deve analisar 16 requerimentos de quebras de sigilos de empresas que mantinham contratos com a CBF e de seus donos.

# Senado teve papel na vinda de primeiros japoneses

Há 120 anos, Brasil e Japão assinavam tratado que permitiu que 200 mil migrantes do país asiático se estabelecessem aqui, garantindo mão de obra para as plantações de café, que já não contavam com trabalho escravo. Acordo foi homologado pelo Congresso um ano depois

Joseana Paganine

EM 18 DE junho de 1908, aportou em Santos (SP) o navio Kasato Maru. Dele, desceram 781 japoneses que vinham para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Eram os primeiros imigrantes do Japão a pisar em solo brasileiro. Para que isso acontecesse, as negociações entre os dois países começaram bem antes, culminando no Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, firmado em 5 de novembro de 1895, que agora completa 120 anos.

O documento foi aprovado pelo Congresso Nacional em novembro de 1896. Naquela época, como hoje, os acordos internacionais eram firmados pelo Poder Executivo, mas precisavam ser homologados pelo Poder Legislativo. Durante um ano, deputados e senadores da Primeira República dedicaram-se a discutir os termos do tratado e seus custos e benefícios.

O principal propósito era, de fato, atrair imigrantes japoneses. Desde antes da abolição da escravidão, em 1888, já se discutia no Parlamento a necessidade de uma política imigratória para suprir a carência de mão de obra, sobretudo para a lavoura cafeeira de São Paulo. Em segundo lugar, o acordo internacional visava abrir novos mercados consumidores para o café do Brasil.

A imigração italiana começou em 1870. Em seguida, vieram os espanhóis. No entanto, segundo o historiador Clodoaldo Bueno, os imigrantes europeus eram considerados “instáveis”:

— Fazendo muita economia, os imigrantes conseguiram comprar

uma pequena propriedade. O sucesso do imigrante se media pela possibilidade de ele largar a enxada e ganhar a vida em outras funções que não fosse o duro trabalho rural ou, pelo menos, de trabalhar em sua própria terra. Alguns se repatriavam ou reemigravam. Iam para a Argentina, por exemplo. Não era uma mão de obra firme e o fazendeiro sempre estava precisando de gente. Então era preciso pensar sempre em outra saída — explica Bueno.

## Saída asiática

A China foi a opção inicial. Os chineses já haviam sido trazidos ao Brasil por dom João VI para ensinar o cultivo de chá, mas a empreitada não prosperou. Em 1880, o governo imperial assinou um tratado de comércio e imigração com a China. A segunda tentativa também fracassou. Entre os motivos, estavam as condições análogas à escravidão em que eram mantidos os chineses, que recebiam salários muito baixos, e as diferenças culturais, um obstáculo à integração dos imigrantes. Com a República, o tratado foi suspenso.

Em 1894, o diplomata José da Costa Azevedo, o barão de Ladário, foi em missão à China para promover um novo acordo. Mas, num telegrama enviado de Hong Kong, afirmou ser a imigração chinesa “um mal moral” para o Brasil, sem justificar seu julgamento, e defendeu os japoneses.

“O Japão está no caminho de um progresso febril. Tem leis, tribunais e juízes até certo ponto iguais aos dos países mais adiantados”, escreveu o barão.

Diante disso, o presidente Pru-

dente de Moraes determinou que o diplomata brasileiro na França procurasse seu colega japonês para propor um acordo. Em 5 de novembro de 1895, Gabriel de Toledo Piza e Arasuke Sone firmaram em Paris o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação, iniciando as relações diplomáticas entre os países.

A medida foi festejada pelos parlamentares. O deputado Artur Rios comemorou a vinda do “povo mais ilustrado do extremo oriente”. Para o senador Gomes de Castro, os japoneses eram “um povo que revelou qualidades superiores e uma civilização muito adiantada”.

Houve quem contestasse as despesas que a iniciativa implicaria para o Brasil. Na Câmara, o artigo que previa o envio de pessoal diplomático para o Japão gerou polêmica. Deputados alegaram que a crise econômica não recomendava o aumento dos gastos e autorizaram só a transferência de servidores, mas não a contratação de novos. No Senado, a medida foi considerada pelo senador Coelho Rodrigues “uma economia de palitos”. A emenda da Câmara foi derrubada e o governo, autorizado a manter pessoal diplomático em Tóquio, sem explicitar se haveria transferência ou admissão de novos funcionários.

A questão econômica não se resumia aos gastos diplomáticos. O senador Gomes de Castro contestou o fato de o governo depender dinheiro dos impostos para trazer estrangeiros com o objetivo de ocupar postos de trabalho dos próprios brasileiros.

— Os nobres senadores compreendem que país nenhum,

ainda que estivesse regurgitando dinheiro, que não é essa a nossa situação, pagaria passagens a imigrantes para se empregarem em condutores de bondes, engraxates, vendilhões, fazendo uma concorrência esmagadora ao povo brasileiro — afirmou.

## Preço da passagem

Gomes de Castro também reclamou de os estados do Norte, bastante despovoados, não se beneficiarem da imigração. À época, a vinda dos imigrantes devia ser custeada pelos estados. Segundo ele, a maior parte dos estados do Norte e do Nordeste não podia bancar as despesas.

— O Amazonas, não obstante ter muito dinheiro, tem muitas necessidades, não pode estar a pagar, só de passagem, 500\$ a 600\$ [réis] por cabeça de japonês — disse Gomes de Castro, reivindicando que a União arcasse com esses custos.

O historiador Clodoaldo Bueno vê nesse embate um fator positivo em relação ao funcionamento do Parlamento de então:

— É lógico que havia representantes do café e outros que também se envolviam nas questões do café. Mas o Congresso tinha uma visão mais ampla do que se imagina. Lendo os anais, vê-se que representantes de vários estados tratam de questões nacionais, que outros interesses também estão bem representados, não só o café. Havia uma corrente forte contra a imigração subsidiada.

Ouça reportagem da Rádio Senado: <http://bit.ly/umahistoriadeamizade>  
Veja vídeo do Portal de Notícias: <http://bit.ly/tratadobrasiljapao>



Cartaz de 1920 incentiva migração de japoneses para o Brasil: fluxo migratório se iniciou após tratado assinado em 1895

# Superpopulação fez Japão incentivar emigrações

O Tratado de Amizade, Comércio e Navegação inaugurou as relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e o Japão. Foi também o início da história de 1,6 milhão de brasileiros descendentes dos 200 mil japoneses que se estabeleceram no Brasil — a maior população de japoneses fora do Japão. Mas, para os desbravadores japoneses, esse início não foi fácil. A pobreza e o preconceito foram os desafios.

Em meados do século 19, o Japão iniciou um processo de modernização, com a abertura para o mundo ocidental. A imigração surgiu, para o governo japonês, como solução para a superpopulação e a pobreza. Em 1896, o país tinha 40 milhões de habitantes e escassez de terras. Primeiro, estimulou-se a ida de trabalhadores rurais para a Califórnia e o Havaí, nos Estados Unidos. Mas as denúncias de maus-tratos foram muitas e o Japão interrompeu o fluxo migratório. Foi quando a proposta do governo brasileiro surgiu como uma nova possibilidade. Ao contrário do Japão, o Brasil era subpovoado. Com um território 22 vezes maior do que o japonês, o país contava com apenas 12 milhões de habitantes. A população japonesa era quase quatro vezes maior do que a brasileira.

## Choque

A ideia dos imigrantes era vir para o Brasil, enriquecer e voltar para o país natal. Após 40 dias de viagem pelo mar, os primeiros japoneses chegavam, em geral, ao porto de Santos e daí eram distribuídos entre as fazendas de café de São Paulo e do Paraná. Era quando eles se davam conta da realidade que os esperava.

— Os japoneses que vieram eram pobres, mas não sabiam que iriam trabalhar nas fazendas de café. No Japão, trabalhavam em pequenas propriedades. Aqui, encontraram o mar verde



No passaporte familiar, a avó de Roberto Suguino aparece no centro da foto de baixo

dos cafezais, o sol dos cafezais. Tudo era diferente, a dimensão da terra, o sol, os instrumentos de trabalho. Imagina isso para quem nunca tinha visto uma pessoa diferente de um japonês? — conta o monge Ademar Sato, responsável pelo Templo Budista Terra Pura, em Brasília.

O editor de imagens Roberto Suguino também narra o choque cultural vivido pelos avós maternos no Brasil. O avô desceu em Santos em 1917, com apenas 1 ano e 10 meses. A avó chegou em 1934, com 12 anos. As duas famílias foram para Arthur Bernades (PR).

— Minha avó não conhecia terra. Tudo era diferente, a dimensão da terra, o sol, os instrumentos de trabalho. Imagina isso para quem nunca tinha visto uma pessoa diferente de um japonês? — conta o monge Ademar Sato, responsável pelo Templo Budista Terra Pura, em Brasília.

— Como não falavam português, acharam que penico era panela e nele cozinhavam. Foi uma visita brasileira que avisou que não era panela — conta.

Suguino explica que os avós nunca retornaram ao Japão porque ganhavam muito pouco aqui. Foi ele, o neto, quem



O tio, ainda criança, e o avô de Roberto Suguino num cafezal no Paraná, em 1951

conseguiu retornar à terra dos antepassados. Atualmente, 175 mil brasileiros vivem no Japão, a maioria descendente de japoneses, os decasséguis.

Suguino emigrou em 1990. Foi admitido numa montadora de carros. Lá, soube que os antigos imigrantes eram mal vistos.

— O japonês acredita que quem emigrou quando a situação estava difícil foi um traidor da nação, saiu quando o Japão mais precisava. Não é verdade. Os japoneses pobres foram incentivados pelo governo a sair do país — afirma ele, que voltou para o Brasil depois de oito anos.



Monge Sato, descendente de japoneses que chegaram ao país no início do século 20

## “Meu pai foi preso no Brasil só por causa da origem”, diz monge budista

A família paterna do monge Ademar Sato chegou no segundo navio japonês a aportar em Santos (SP), em 1910. Foi para uma fazenda de café perto de Araçatuba (SP). O pai dele nasceu no Brasil, em 1914. Segundo o monge, era um típico caipira paulista, chamava-se Seite. Mas tinha também nacionalidade japonesa. Por causa disso, foi convocado para lutar na guerra entre o Japão e a China, que começou em 1937.

Encerrada sua missão na guerra em 1942, ele foi da China para o Japão, onde se casou com a japonesa Kinuko. O casal voltou num dos últimos navios japoneses que vieram para o Brasil antes de o país cortar relações com o Japão por causa da 2ª Guerra Mundial. Aqui, foi

preso por ser um militar japonês e passou dois anos na cadeia, repetindo o destino de muitos outros imigrantes durante o conflito mundial.

O monge Sato relembra: — Os imigrantes de maneira geral sofreram repressão nessa época. Italianos e alemães, por causa da aparência, foram mais aceitos no país. Os japoneses têm aparência especial e foram vítimas da ignorância que a guerra significa. Entrei na escola primária sem falar português. As crianças corriam atrás de mim tacando pedra e gritando: “Japonês, volta para o Japão!”. Isso me provocava muito terror.

Durante a 2ª Guerra, o Brasil chegou a ter espécies de campos de concentração onde eram aprisionados imigrantes italianos,

alemães e japoneses. Segundo o monge Sato, sua mãe sofreu um grande trauma quando o marido foi preso.

— Minha mãe cultuava a cultura japonesa no Brasil: disciplina, respeito ao próximo, gentileza. Ao mesmo tempo, tinha um grande preconceito contra o brasileiro. Com o Japão devastado pela guerra, a intenção de voltar foi frustrada porque o país não podia recebê-los. De modo geral, os japoneses buscaram, então, a inserção social por meio dos filhos, incentivando-os a estudar.

Ademar Sato estudou economia e direito em São Paulo. Na juventude, participou dos movimentos estudantis e da ação católica universitária contra a ditadura militar. Acabou se exilando no Chile. O monge só

surgiu em 1995, quando ele se mudou para Brasília e foi morar perto do templo budista previsto por Juscelino Kubitschek e inaugurado em 1973, hoje tombado como Patrimônio Histórico do Distrito Federal.

— Tudo converge para o budismo, não o que aprendi quando criança, mas o budismo que uni com a minha formação política e social. A luz de Buda é para todos. Antes, este templo budista só atendia em língua japonesa. Mas os imigrantes japoneses foram morrendo e nem todos os descendentes se interessaram pelo budismo. Abri o templo para todos. O número de frequentadores aumentou de forma significativa. Como dizia [o antropólogo] Darcy Ribeiro, raça forte é raça misturada.

## Cultura japonesa no Brasil

<p><b>Esporte</b></p> <p>O judô começou a ser praticado no Brasil, informalmente, com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses. A partir da década de 1920, vieram os professores-lutadores, que organizaram e divulgaram a prática, como Tatsuo Okoshi e Tokuzo Terazaki. Três anos depois de fundada a Confederação Brasileira de Judô, em 1969, o Brasil conquistou a primeira medalha olímpica. Com federações em todos os 26 estados e no Distrito Federal e mais de 1 milhão de praticantes, o judô assumiu em 2012 a posição de esporte brasileiro com mais medalhas em jogos olímpicos.</p>	<p><b>Agricultura</b></p> <p>Além de trabalharem nas fazendas de café, os imigrantes japoneses deram grandes contribuições para a agricultura brasileira. Em 1912, colônias de japoneses introduziram no Brasil o cultivo do arroz em larga escala. Como pequenos proprietários, trouxeram técnicas de plantio de verduras, legumes, frutas e flores. Esse histórico de sucesso na agricultura fez com que o governo brasileiro criasse, em 1974, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado, que, com ajuda técnica do Japão, em 20 anos transformou o Brasil num dos maiores produtores de soja do mundo.</p>	<p><b>Alimentação</b></p> <p>Os primeiros japoneses que chegaram ao Brasil sofreram com a alimentação diferente. Verduras, legumes e peixe não faziam parte dos hábitos alimentares da maior parte dos brasileiros, constituídos basicamente de carne seca, farinha de mandioca e feijão. Aos poucos, os japoneses foram plantando verduras e importando produtos típicos, como o shoyu, e abrindo restaurantes. No final da década de 1970, comidas como sushi, sashimi e yakisoba começaram a cair no gosto do brasileiro. Em 1979, existiam 41 restaurantes japoneses em São Paulo. Hoje, são mais de 600. Sushi e sashimi são oferecidos até em churrascarias.</p>	<p><b>Literatura</b></p> <p><b>カザシ</b></p> <p>Muito cedo, o haikai, forma típica da poesia japonesa, agradou aos poetas e leitores brasileiros. O médico e poeta Afrânio Peixoto foi o primeiro a fazer menção à forma em <i>Trovas Populares Brasileiras</i>, publicado em 1919. Mas quem, de fato, a popularizou foi o modernista Guilherme de Almeida, na década de 1930. Depois dele, outros poetas consagrados dedicaram-se aos versos simples, dispostos em três estrofes, inspirados pela natureza, como Haroldo de Campos e Paulo Leminski.</p> <p><i>Um gosto de amora Comida com sol. A vida Chamava-se: Agora.</i> (Guilherme de Almeida)</p>
---	---	--	--

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira do mês.

# TV Senado recebe Prêmio Orgulho Autista

O prêmio foi concedido à edição do programa *Inclusão* que divulgou o seminário sobre educação de autistas, promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O PROGRAMA *INCLUSÃO*, da TV Senado, recebeu o Prêmio Orgulho Autista, do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab), na quinta-feira, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. A edição premiada tratou do seminário sobre a educação de autistas, no Interlegis, promovido pela Comissão de Educação (CE).

O *Inclusão* é um programa mensal, dirigido pela jornalista Solange Calmon, que mostra iniciativas voltadas para o bem-estar comum e para a superação de dificuldades de pessoas que, no dia a dia, lutam para não serem excluídas do processo produtivo e do

convívio social. O programa já recebeu importantes prêmios, como: Vladimir Herzog, Clara de Assis para a Televisão, Imprensa Embratel e Alexandre Adler de Jornalismo em Saúde.

O Movimento Orgulho Autista surgiu nos Estados Unidos, em 2004, e tornou-se mundial no ano seguinte. O Prêmio Orgulho Autista, entregue pelo Moab, possui 15 categorias destinadas a personalidades e instituições que se destacam na busca por melhorias na qualidade de vida das pessoas com autismo.

Conheça os premiados:  
<http://bit.ly/InclusaoAutismo>



Solange Calmon é diretora do *Inclusão*, que mostra a luta da pessoa com deficiência por trabalho e convívio social

Reprodução/TV Senado

## Comissão debate violência doméstica contra mulher deficiente

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher realizará audiência pública interativa amanhã para discutir medidas em favor das mulheres vítimas de violência doméstica. O debate terá atenção especial para

as portadoras de deficiência. O impacto social e financeiro do problema também estará em pauta.

Dois ministros de Estado estão convidados para a audiência: José Eduardo Cardozo, da Justiça, e Marcelo Castro,

da Saúde. Do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos foram convidados os secretários especiais Eleonora Menicucci, de Políticas para as Mulheres, e Rogério Sottili, de Direitos Humanos. Completam a lista

de debatedores a procuradora federal Elisa Maria Corrêa Silva, que atua no Instituto Nacional do Seguro Social; a diretora da consultoria McKinsey no Brasil, Tracy Francis; e a pesquisadora Lia Zanotta, da Universidade de Brasília.

A audiência pública será feita a pedido das senadoras Rose de Freitas (PMDB-ES) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Limites do Simples Nacional podem ser ampliados

O aumento dos limites de enquadramento no Simples Nacional está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de amanhã. O projeto eleva de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil o teto da receita bruta anual da microempresa e o da empresa de pequeno porte de R\$ 3,6 milhões para R\$ 14,4 milhões. Da CAE, o projeto segue para o Plenário.

A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), destacou no PLC 125/2015 o mecanismo que assegura progressividade aos tributos pagos por meio do Simples Nacional. Trata-se de uma tabela de parcelas a deduzir, semelhante à aplicada no cálculo do Imposto de Renda.

Marta destaca que o principal receio das empresas que hoje fazem parte do Simples é sofrer "um tranco tributário": quando migram para o lucro presumido, a carga sobe 54% para o comércio, 40% para a indústria

e 35% para os serviços.

O projeto eleva o limite de receita bruta anual para o enquadramento como micro-empresário individual, que deve passar dos atuais R\$ 60 mil para R\$ 72 mil. Por emenda da relatora, a proposta ainda permite a adesão ao Simples do empreendedor do meio rural com receita bruta de até R\$ 72 mil.

Outra mudança beneficia microcervejarias, vinícolas, produtores de licores e destilarias, que poderão aderir ao Simples Nacional. Hoje, a Lei Complementar 123/2006 não permite a adesão das atividades de produção e comércio atacadista de bebidas alcoólicas.

A fim de incentivar as atividades de inovação e investimentos produtivos, o projeto permite que micros e pequenas empresas admitam aportes que não integrem o capital social da empresa.

Emenda da relatora na CAE altera o tratamento tributário dado às empresas do segmento de beleza. Hoje, segundo Marta, os valores integralmente repassados para os profissionais parceiros dessas empresas são contabilizados para fins de enquadramento no regime simplificado. Mudança feita pela senadora exclui tais valores da base de cálculo da receita bruta.

A maior parte da lei resultante do projeto entrará em vigor em 1º de janeiro de 2016, se ele for aprovado. Para empresas de pequeno porte, a vigência terá esquema gradual: a partir de janeiro de 2017, no caso de empresa que tenha, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 3,6 milhões até o limite de R\$ 7,2 milhões; e a partir de 1º de janeiro de 2018, no caso de empresa com renda bruta superior a R\$ 7,2 milhões até o limite de R\$ 14,4 milhões.

## Seminário vai discutir escola integral no ensino fundamental

A escola de tempo integral no ensino fundamental será tema de um seminário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) na quarta-feira, às 10h. A proposta consta do PLS 255/2014, do ex-senador Wilson Matos, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A iniciativa do seminário foi de Donizeti Nogueira (PT-TO). Para o senador, é importante o ensino em dois turnos, mas é preciso garantir que não haja perda de qualidade.

O relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), incluiu emenda para permitir que a implantação do turno integral seja gradativa, possibilitando a adaptação das escolas ao sistema e facilitando a adequação do impacto orçamentário.

Foram convidados o reitor do Centro Universitário Cesumar,

Wilson Matos; o secretário de Educação de Palmas, Danilo de Melo Souza; o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), José Francisco Soares; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Franklin de Leão; e o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima. Também confirmaram presença o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Eduardo Deschamps; a consultora da Confederação Nacional de Municípios (CNM) Mariza Abreu; e o presidente do Observatório Interamericano de Biopolítica, Felipe Nery.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Senador vê necessidade de capacitar prefeituras

Segundo Davi Alcolumbre, que participou de seminário da CDR em Macapá, municípios da Amazônia sofrem com a ausência de técnicos que elaborem projetos para captar recursos

A DIFICULDADE DAS prefeituras da Amazônia Legal para contratar técnicos capacitados na elaboração de projetos é um dos principais problemas dos municípios para captar recursos. A avaliação foi feita por Davi Alcolumbre (DEM-AP) na sexta-feira, em Macapá, no seminário Desafios e Entraves para o Desenvolvimento da Amazônia Legal — Sudam Itinerante: atração de investimentos para o estado do Amapá.

No encontro, promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado, surgiram muitas reivindicações das prefeituras em busca de recursos, de acordo com a assessoria do senador. Alcolumbre, que preside a CDR, afirmou que o colegiado tem trazido bons resultados para o desenvolvimento da Região Norte.

— Esse trabalho vem dando certo, já que, além de linhas de crédito, programas e projetos, conseguimos aprovar uma emenda de comissão [ao Orçamento da União de 2016] no valor de R\$ 100 milhões para os estados aqui da Região Norte. É a primeira vez que isso acontece — contou.

Já o titular da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Paulo Roberto Correia, disse que o órgão tem uma dívida com Amapá, Acre, Rondônia e Roraima.



Alcolumbre (3º à esq.) conduz debate com Randolfe, Fátima Pelaes (Sudam), o governador Waldez Góes, Paulo Correia (Sudam) e o prefeito Clécio Luís

— Esses estados não receberam investimentos na mesma proporção que outros, como Mato Grosso, Pará e Amazonas. Temos que cumprir nosso papel, que é desenvolver a região como um todo — afirmou.

Correia apresentou no seminário o Plano Regional de Desenvolvimento

da Amazônia 2016–2019, além de outros programas e políticas públicas da Sudam voltados para a região.

Representantes do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e BNDES falaram sobre as linhas de crédito para investimentos nos estados.

Conduzido por Alcolumbre, o seminário reuniu empresários e gestores da região. Também participaram o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o governador do Amapá, Waldez Góes, e o prefeito de Macapá, Clécio Luís. Esse foi o primeiro evento da CDR no Amapá.

## Dirigente da Eletrobras debate instalação de rede de alta tensão em Goiânia

O presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, participa amanhã, às 14h30, de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para tratar da instalação de linha de transmissão elétrica da subestação Carajás em um bairro de Goiânia.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) cancelou audiência sobre o tema, marcada para novembro, em protesto pela ausência do presidente da Eletrobras, que, na ocasião, se fez representar por Humberto Corrêa, diretor técnico da empresa Centrais Elétricas de Goiás (Celg).

Depois disso, durante reunião da CMA, Valdir Raupp (PMDB-RO) justificou a ausência de Carvalho Neto e confirmou a presença do dirigente da Eletrobras no debate de amanhã.

A instalação de linha de alta tensão nas proximidades de um bairro

residencial de Goiânia, conforme Caiado, preocupa a população local, que teme potenciais problemas de saúde.

### Acordo

O senador afirma que a obra da subestação foi interrompida no ano passado, mas foi retomada este ano após a assinatura de termo de ajuste de conduta entre o Ministério Público de Goiás e a Celg Distribuição. Caiado questiona o acordo e cobra esclarecimentos da Eletrobras.

Também devem participar do debate Hugo Lamin, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e três representantes do Movimento Diga Não à Rede de Alta Tensão: Marcelo Coelho de Souza, Hedilamar Mateus e Flávio Corrêa.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Presidente da estatal, Carvalho Neto deve falar da linha de transmissão instalada na capital goiana

## Medida autoriza participação do BB e Caixa em instituições

A comissão mista da medida provisória que alterou regras da loteria instantânea Lotex deve votar amanhã, às 15h, o relatório do deputado Ságuas Moraes (PT-MT). A MP 695/2015 também permitiu ao Banco do Brasil (BB) e à Caixa adquirirem, até 31 de janeiro de 2018, participação em instituições financeiras públicas ou privadas, sediadas no Brasil, inclusive dos ramos previdenciário, de seguros e de capitalização.

O texto autoriza a Lotex (raspadinha) a explorar comercialmente eventos com grande apelo popular, datas comemorativas, referências culturais, licenciamentos de marcas ou personagens e demais elementos gráficos e visuais.

A Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (Lei 13.155/2015) estabelecia que esse jogo deve ser focado apenas em temas ligados ao futebol.

### Crises

Quanto ao BB e a Caixa, a Lei 11.908/2009 previa a mesma autorização até 30 de junho de 2011, com prorrogação por até 12 meses.

Ságuas Moraes defendeu a extensão do prazo, para possibilitar que os dois bancos mantenham a posição que têm no mercado e assim possam dar o apoio necessário para o “gerenciamento de crises econômicas no país”.

A comissão mista da MP 695/2015 é presidida pelo deputado Afonso Florence (PT-BA).



Alexandre Tombini participa de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos amanhã

## Presidente do Banco Central apresenta diretrizes monetárias

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participa amanhã de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a partir das 10h.

De acordo com o Regimento Interno do Senado, a CAE deve promover audiências públicas regulares com o presidente do Banco Central “para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária”.

Em setembro, Tombini participou de audiência, também na CAE, e afirmou que a instituição mantém o objetivo de trazer a inflação para 4,5% ao fim de 2016. Ele avisou que será preciso manter a taxa básica de juros atual por um “período suficientemente prolongado”.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

# Juristas vão propor punição a ação injustificada de fiscal

Comissão da Desburocratização deverá definir sanções para procuradores e funcionários públicos que interromperem obras e serviços sem que venham a ser comprovadas as irregularidades apontadas

A AÇÃO DE fiscais públicos que leve à interrupção de obras e serviços e depois mostre-se injustificada deverá receber sanções, na opinião do presidente da Comissão de Juristas da Desburocratização, Mauro Campbell, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ele disse que uma das prioridades do anteprojeto que será apresentado pelo colegiado deve ser a definição de critérios válidos em todo o país.

Na sexta-feira, a comissão realizou audiência com o deputado estadual do Rio Grande do Sul, Ronaldo Santini (PTB), que falou em nome da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale).

Para Santini, uma reclamação presente em todos os encontros da Unale é que a gestão pública está hoje “de mãos atadas”, causando prejuízos à sociedade na prestação de obras e serviços.

Segundo o deputado, a situação em que um procurador tem o poder monocrático de interromper uma política pública é paradoxalmente um dos fatores que tem contribuído para a má prestação em serviços. Ele citou o caso de uma obra realizada no Porto do Rio Grande (RS).

— Eles entraram com ações todos os anos por superfatu-



Deputado estadual do Acre Chagas Romão, Ronaldo Santini e Mauro Campbell

ramento, paravam as obras, e depois via-se que não tinha nada. A obra custou 15 vezes mais por causa desses atrasos inúteis — afirmou.

Outra distorção provocada por esse quadro, no entender de Santini, é que hoje as dotações orçamentárias voltadas para áreas fiscalizatórias no Rio Grande do Sul superam em dez vezes o investimento em infraestrutura. Ele reclamou que em agências da Funai no estado havia funcionários dedicados a “plantar” indícios de sítios arqueológicos, paralisando obras e buscando vantagens.

— A experiência mostra que a multiplicação de agências fiscalizadoras não diminui, aumenta a corrupção — disse.

Campbell citou um caso envolvendo um procurador

no Acre que mandou devolver helicópteros destinados a ações de combate à criminalidade, fruto de parceria com o governo federal, por estarem pintados com estrelas vermelhas.

— Ele desconhecia que o símbolo está na bandeira do Acre desde 1902, não fazendo referência a nenhum partido político — informou o jurista.

## Flexibilização

Como sugestões de modernização da Lei 8.666/1993 (Lei de Licitações), Santini pediu aos juristas a flexibilização no critério de menor preço como determinante para a aquisição de produtos e serviços e que empresários que adotem práticas irregulares em negócios com a administração pública sejam definitivamente banidos de qualquer futura negociação.

## Audiência avalia Agência Nacional de Águas

As Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promovem amanhã, às 9h30, audiência pública conjunta para avaliar os 15 anos da Agência Nacional de Águas (ANA) e a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Os senadores querem que o presidente da ANA, Vicente Andreu Guillo, preste contas do trabalho da agência neste ano e faça uma avaliação das políticas públicas ligadas ao

órgão. A prestação de contas anual das agências reguladoras está prevista no Regimento Interno do Senado.

Medidas para enfrentar a crise de abastecimento de água em diversas cidades do país, frente ao aumento de demanda e queda no nível dos reservatórios, estarão entre as ações da agência que serão analisadas no debate. Na última quinta-feira, o Plenário do Senado realizou uma sessão temática para tratar do problema da crise hídrica no país.

Além de Vicente Guillo, foram convidados para o debate os diretores da ANA Paulo Varella Neto, de Gestão; Ney Maranhão, de Hidrologia; Gisela Damm Forattini, de Planejamento; e João Gilberto Lotufo Conejo, de Regulação.

A audiência pública foi proposta por Otto Alencar (PSD-BA) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e será realizada na sala 6 da Ala Nilo Coelho, no Senado

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Medida eleva imposto para ganhos de capital

Comissão mista pode votar amanhã, a partir de 14h30, o relatório de Tasso Jereissati (PSDB-CE) à medida provisória que aumenta progressivamente o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) sobre ganhos de capital quando um bem comprado por um valor é vendido por um preço mais alto. Pelas regras atuais, há apenas uma alíquota de 15%

do IRPF quando há ganhos de capital.

A MP 692/2015 atinge, especialmente, as vendas de imóveis. Para quem lucra até R\$ 1 milhão, o imposto continua o mesmo, 15%. Na faixa que exceder R\$ 1 milhão e for até R\$ 5 milhões, a alíquota passa a ser 20% e; de R\$ 5 milhões a R\$ 20 milhões, 25%. Para ganhos de capital acima de R\$

20 milhões, o tributo é de 30%.

A medida provisória faz parte do pacote de ajuste fiscal do governo federal, que espera arrecadar R\$ 1,8 bilhão em 2016 se a MP for confirmada pelo Congresso. O texto também prorrogou de 30 de setembro para 30 de outubro deste ano o prazo de adesão de empresas ao Programa de Redução de Litígios Tributários (Prorelit).

## ACONTECEU NO SENADO



Relatório de Acir Gurgacz estima receita total de R\$ 1,45 tri no que vem

## CMO aprovou receita de 2016 com R\$ 10 bilhões da CPMF

Na terça-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o relatório do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) à receita da proposta orçamentária para 2016 (PLN 7/2015). O relatório estima a receita primária total do próximo ano em R\$ 1,451 trilhão, contando com R\$ 10 bilhões de cobrança da CPMF.

## VETO SOBRE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA FOI REJEITADO

O Congresso Nacional derrubou, na terça-feira, o veto integral (VET 46/2015) ao projeto de José Serra (PSDB-SP) que muda de 70 para 75 anos a idade máxima para permanência no serviço público em todas as esferas.



## CPI DO CARF TERMINOU E PEDIU 28 INDICIAMENTOS

A CPI que investigou o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) encerrou os trabalhos na quinta-feira, com a aprovação do relatório de Vanessa Grazziottin (PCdoB-AM), solicitando o indiciamento de 28 investigados.

## CONGRESSO APROVOU ALTERAÇÃO DA META FISCAL DE 2015

O Congresso aprovou o PLN 5/2015, que altera a meta fiscal deste ano e autoriza o governo a fechar 2015 com déficit primário de até R\$ 119,9 bilhões. O texto será promulgado. Era estimado um superávit de R\$ 55,3 bilhões. Porém, com a piora do cenário fiscal, o Executivo pediu revisão do valor.

## PARLAMENTO MANTEVE TRÊS VETOS PRESIDENCIAIS

O Congresso decidiu na terça-feira manter três vetos presidenciais. Entre eles, o veto parcial ao projeto que incluiu o turismo rural entre as atividades consideradas rurais e o veto total à regulamentação da profissão de designer.

## PROJETO DÁ A ADVOGADOS ACESSO A DOCUMENTOS

Vai a Plenário proposta aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que garante a advogados acesso a todos os documentos de uma investigação, físicos ou digitais, mesmo que ela esteja em curso.

## COMISSÃO APROVOU PROJETO QUE REGULAMENTA GORJETA

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou na quarta-feira substitutivo ao projeto que regulamenta a prática da gorjeta em bares, restaurantes, hotéis, motéis e similares. Com isso, processos judiciais que poderiam fechar estabelecimentos poderão ter solução.



## CONSELHO VAI PADRONIZAR PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Senado aprovou, na terça-feira, projeto de Paulo Bauer (PSDB-SC) que amplia as atribuições do Conselho de Gestão Fiscal e viabiliza o funcionamento do órgão. O conselho terá a obrigação de normatizar e padronizar práticas contábeis aplicáveis ao setor público.

## PPS E REDE PROTOCOLARAM PEDIDO CONTRA DELCÍDIO

Na terça-feira, a Rede e o PPS protocolaram representação no Conselho de Ética contra o senador Delcídio do Amaral (PT-MS), pedindo a instauração de procedimento disciplinar para verificação de quebra do decoro parlamentar.



## COMISSÃO DAS BARRAGENS VAI OUVIR DIRETOR DO DNPM

Instalada na terça-feira, a Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens fará audiência pública com o diretor interino do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Telton Elber Corrêa.